

KIYOSHI HARADA

Especialista em Direito Tributário e em Ciência das Finanças pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; Professor de Direito Financeiro na Universidade Paulista - UNIP; Professor de Direito Administrativo, Financeiro e Tributário em cursos de pós-graduação *lato sensu* em diversas instituições de ensino superior; Membro e Professor do Instituto Brasileiro de Direito Tributário, entidade complementar da USP; Sócio-Fundador e Secretário-Geral do Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão; Presidente do Centro de Pesquisas e Estudos Jurídicos; Conselheiro do Instituto dos Advogados de São Paulo.

Sistema Tributário na Constituição de 1988

Tributação Progressiva

2ª Edição

Revista e Atualizada até a EC 47/05

Juruá Editora

Curitiba
2006

336.2:342.4(81)'1988'
H254s
2.ed



H254

Harada, Kiyoshi.

Sistema tributário na Constituição de 1988./ Kiyoshi Harada./ Curitiba:
Juruá, 2006. 384p.

1. Sistema tributário. I. Título.

CDD 342(22.ed) CDU 347.736

336.2:342.4(81)'1988'

H254s

2.ed



SUMÁRIO

Parte I - SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

1 INTRODUÇÃO	19
2 DISCRIMINAÇÃO CONSTITUCIONAL DE RENDAS TRIBUTÁRIAS	25
2.1 A federação brasileira	26
2.2 Conceito de discriminação de rendas tributárias	26
2.3 Espécies tributárias	27
2.3.1 Impostos	28
2.3.2 Taxas	28
2.3.3 Contribuição de melhoria	29
2.3.4 Empréstimos compulsórios	30
2.3.5 Contribuições sociais	31
2.4 Tributos da União	32
2.4.1 Generalidades	32
2.4.2 O exame sucinto de cada imposto	33
2.4.2.1 <i>Imposto de importação de produtos estrangeiros e imposto de exportação de produtos nacionais ou nacionalizados</i>	33
2.4.2.2 <i>Imposto de renda e proventos de qualquer natureza</i>	34
2.4.2.3 <i>Imposto sobre Produtos Industrializados</i>	43
2.4.2.4 <i>Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários</i>	47
2.4.2.5 <i>Imposto sobre propriedade territorial rural</i>	55
2.4.2.6 <i>Imposto sobre grandes fortunas</i>	59
2.4.2.7 <i>Impostos extraordinários</i>	61
2.4.2.8 <i>Impostos inominados</i>	61
2.4.2.9 <i>Imposto provisório sobre movimentação financeira</i>	61
2.4.3 Empréstimos compulsórios	64
2.4.4 Contribuições sociais	65
2.4.4.1 <i>Contribuições sociais do art. 149 da CF</i>	66
2.4.4.2 <i>Contribuições sociais do art. 195 da CF</i>	70
2.4.4.3 <i>Contribuições sociais diversas</i>	76
2.5 Tributos dos Estados e do Distrito Federal	88
2.5.1 Generalidades	88
2.5.2 O exame sucinto de cada imposto	89
2.5.2.1 <i>Imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação de quaisquer bens ou direitos</i>	89

336.2:342.4(81)'1988'

H254s

2.ed



2.5.2.2 <i>Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior- ICMS</i>	90
2.5.2.3 <i>Imposto sobre a propriedade de veículos automotores</i>	106
2.6 Tributos municipais	108
2.6.1 Generalidades	108
2.6.2 O exame sucinto de cada imposto	109
2.6.2.1 <i>Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana</i>	109
2.6.2.2 <i>Imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição</i>	117
2.6.2.3 <i>Imposto sobre serviços de qualquer natureza</i>	122
2.6.2.3.1 <i>Lei Complementar 116, de 31.07.2003</i>	130
2.6.2.3.2 <i>Questões controvertidas</i>	144
3 DAS LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR	155
3.1 Generalidades	156
3.2 Princípio da legalidade tributária	157
3.2.1 Natureza e origem do princípio	157
3.2.2 A cristalização do princípio	158
3.2.3 O princípio da legalidade no Brasil	159
3.2.3.1 <i>Medida provisória em matéria tributária</i>	160
3.2.4 Campo de atuação do princípio da legalidade	162
3.2.4.1 <i>Considerações gerais</i>	162
3.2.4.2 <i>O art. 97 do Código Tributário Nacional</i>	163
3.2.4.3 <i>A repetição de indébito</i>	165
3.3 Princípio da anterioridade tributária	170
3.3.1 O princípio da anualidade na Constituição de 1946	170
3.3.2 Os princípios insertos no art. 150, III, da Constituição de 1988	171
3.3.2.1 <i>O princípio da irretroatividade</i>	172
3.3.2.2 <i>O princípio da anterioridade</i>	173
3.3.2.3 <i>O princípio da nonagesimidade</i>	177
3.4 Princípio da isonomia tributária	179
3.4.1 O princípio genérico da igualdade de todos perante a lei	179
3.4.2 O princípio da isonomia tributária e o princípio da	

336.2:342.4(81)'1988'

H254s

2.ed



generalidade da tributação	180
3.4.3 A isenção e o princípio da isonomia tributária	181
3.5 Princípio da vedação de efeitos confiscatórios	182
3.5.1 O conteúdo do art. 150, IV, da Constituição Federal	182
3.5.2 Como detectar tributo confiscatório	184
3.5.3 Tributos que comportam efeitos confiscatórios	187
3.6 Princípio da imunidade de tráfego interestadual e intermunicipal	189
3.6.1 O conteúdo do art. 150, V, da Constituição Federal	189
3.6.2 O pedágio e sua deturpação	190
3.7 Princípio da imunidade recíproca	191
3.7.1 A razão desse princípio	191
3.7.2 O conteúdo e alcance do § 3º do art. 150 da Constituição Federal	192
3.7.3 O conteúdo e alcance da imunidade recíproca	193
3.8 Princípio da imunidade de templos	194
3.8.1 O conteúdo e alcance do art. 150, VI, "b", da Constituição Federal	194
3.8.2 Os abusos cometidos pelas diversas seitas e a necessidade de coibi-los	195
3.9 Princípio da imunidade do patrimônio, renda ou serviços de partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores e das instituições de educação e de assistência social, sem finalidade lucrativa	196
3.9.1 Imunidade de impostos	196
3.9.2 Imunidade de contribuição para a seguridade social	199
3.10 Princípio da imunidade de livros, jornais, periódicos e papel destinado a sua impressão	202
3.10.1 O objetivo da imunidade	202
3.10.2 Os conceitos de livro e periódico	202
3.10.3 A dificuldade de detectar a destinação dada ao papel	204
3.11 Princípio da uniformidade do tributo federal em todo o território nacional	205
3.11.1 O conteúdo do art. 151, I, da Constituição Federal	205
3.11.2 A ressalva dos incentivos fiscais regionais	206
3.12 Princípio da uniformidade de tributo estadual ou municipal quanto à procedência ou destino de bens e serviços de qualquer natureza	206
3.12.1 A proibição de barreiras tributárias entre Estados ou entre Municípios	206

336.2:342.4(81)'1988'
H254s
2.ed



3.12.2 Exceções de alíquotas diferenciadas do ICMS para operações internas, interestaduais e de exportação	207
3.13 Princípio da igualdade de tratamento dos títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal e dos vencimentos pagos pelas, três entidades políticas	208
3.14 Princípio da capacidade contributiva	209
3.14.1 A origem do princípio	209
3.14.2 A finalidade do princípio e a dificuldade de sua aplicação	210
3.15 Princípio da imunidade do imposto de renda sobre proventos de aposentadoria e pensão percebidos por pessoas com idade superior a sessenta e cinco anos	211
3.15.1 O conteúdo da imunidade do idoso	211
3.15.2 A revogação da imunidade do idoso pela EC 20/98.	212
3.16 Princípio da vedação de a união decretar isenção de impostos das entidades periféricas	213
3.16.1 O conteúdo da norma prevista no inc. III do art. 151 da Constituição Federal	213
3.16.2 A subsistência das isenções resultantes de tratados e convenções internacionais firmados antes do advento da Constituição Federal de 1988	215
3.16.3 O fundamento constitucional dos tratados e convenções	216
3.16.4 A questão da hierarquia dos tratados e convenções	217
3.17 Princípios implícitos	221

Parte II - TRIBUTAÇÃO PROGRESSIVA

4 CLASSIFICAÇÃO DOS IMPOSTOS	225
4.1 Generalidades	225
4.2 Impostos diretos e indiretos	225
4.3 Impostos pessoais e reais	227
4.4 A evolução do imposto segundo a sua classificação	231
4.5 A questão de justiça do imposto	232
5 O IMPOSTO PROGRESSIVO	235
5.1 Generalidades	235
5.1.1 Notícias históricas	235
5.1.2 Tendência de diminuição da progressividade na América do Norte e nos demais países desenvolvidos	236
5.1.3 Distinção entre o princípio da graduação do imposto, segundo a capacidade contributiva e o exercício da extrafiscalidade por meio de alíquotas progressivas	239

336.2:342.4(81)'1988'

H254s

2.ed



5.2	À graduação do imposto segundo a capacidade contributiva	240
5.2.1	Distinção entre capacidade econômica e capacidade contributiva	240
5.2.2	A capacidade contributiva na Constituição Federal de 1946	242
5.2.3	A capacidade contributiva na Constituição Federal de 1988	243
5.2.4	O caráter programático do § 1º do art. 145 da Constituição Federal	244
5.2.5	Conseqüências do desrespeito ao princípio da capacidade contributiva	252
5.2.5.1	<i>Generalidades</i>	252
5.2.5.2	<i>A omissão do legislador</i>	255
5.2.5.3	<i>A rebeldia do legislador ordinário</i>	257
5.3	Os impostos progressivos existentes no direito positivo brasileiro	259
5.3.1	Generalidades	259
5.3.2	O imposto de renda das pessoas físicas	260
5.3.3	O imposto predial e territorial urbano	261
5.3.4	O imposto territorial rural	262
5.3.5	Outros tipos de imposto progressivo	263
5.3.6	Considerações finais	263
6	A EXTRAFISCALIDADE	267
6.1	Introdução e conceito	268
6.2	O exercício da extrafiscalidade pelas três entidades tributantes	270
6.3	O regime jurídico da extrafiscalidade na América do Norte e no Brasil	273
6.4	O direito de propriedade	276
6.4.1	Importância do direito de propriedade	276
6.4.2	Conceito de direito de propriedade	276
6.4.3	Fundamento jurídico da propriedade	278
6.4.4	Limitações ao direito de propriedade	279
6.5	Função social da propriedade	280
6.5.1	Generalidades	280
6.5.2	Função social na Constituição Federal de 1988	281
6.5.3	Conceito de função social da propriedade	283
6.6	A progressividade prevista no § 1º do art. 156 da Constituição Federal	285

336.2:342.4(81)'1988'
H254s
2.ed



6.6.1	Conteúdo e alcance do § 1º do art. 156 da Constituição Federal	285
6.6.1.1	<i>A questão da limitação da extrafiscalidade ao IPTU</i>	286
6.6.1.2	<i>A questão da vinculação, ou não, da progressividade genérica do IPTU</i>	289
6.6.2	Várias modalidades de progressividade do IPTU	292
6.6.2.1	<i>Progressividade no tempo</i>	293
6.6.2.2	<i>Progressividade no espaço</i>	294
6.6.2.3	<i>Progressividade fundada no valor venal do imóvel</i>	294
6.6.2.4	<i>Progressividade em razão da superfície</i>	294
6.6.2.5	<i>Progressividade em função de equipamentos urbanos</i>	295
6.6.2.6	<i>Progressividade segundo o gabarito das construções ou número de pavimentos</i>	295
6.6.2.7	<i>Progressividade em função da destinação dos imóveis</i>	295
6.6.2.8	<i>Critério misto de aplicação da progressividade</i>	296
6.6.3	IPTU progressivo em razão do número de imóveis possuídos por um mesmo proprietário: exame da Lei de Americana	296
6.7	A progressividade prevista no § 4º do art. 182 da Constituição Federal	305
6.7.1	Generalidades	305
6.7.2	Conteúdo e alcance do art. 182 da Constituição Federal	309
6.7.3	Conteúdo e alcance do §4º do art. 182 da Constituição Federal	314
6.7.3.1	<i>A existência do Plano Diretor</i>	315
6.7.3.2	<i>A lei específica</i>	315
6.7.3.3	<i>A observância de lei federal</i>	316
6.7.3.4	<i>A existência de solo urbano não edificado, subutilizado e não utilizado</i>	317
6.7.3.5	<i>A obediência à ordem de enumeração das providências aí arroladas</i>	318
6.7.3.5.1	<i>Parcelamento ou edificação compulsórios</i>	319
6.7.3.5.2	<i>IPTU progressivo no tempo</i>	321
6.7.3.5.3	<i>Desapropriação mediante pagamento em títulos da dívida pública</i>	321
6.8	IPTU progressivo no tempo	324
6.8.1	Breve introdução	324
6.8.2	Requisitos estabelecidos pelo Estatuto da Cidade	324
6.8.3	Imóveis objetos de tributação progressiva no tempo	325
6.8.4	Razão da progressividade no tempo	326
6.8.5	O IPTU progressivo pode ser considerado como sanção?	327

336.2:342.4(81)'1988'

H254s

2.ed



6.9 Imposto territorial rural progressivo	329
6.9.1 Alcance e conteúdo do § 4º do art. 153 da Constituição Federal	329
6.9.2 Função social da propriedade rural	332
6.9.3 Tributação progressiva do ITR	335
6.9.3.1 <i>Conceito de propriedade territorial rural</i>	335
6.9.3.2 <i>A progressividade como instrumento de reforma agrária e de política agrária</i>	338
7 REFORMA TRIBUTÁRIA: BREVES CRÍTICAS	347
REFERÊNCIAS	370
ÍNDICE ALFABÉTICO	373

336.2:342.4(81)'1988'
H254s
2.ed

